



CÂMARA MUNICIPAL  
**PAREDES**

97

**CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES**

QUADRIÉNIO 2021/2025

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 17/23**

**2023/10/04**



### QUADRIÊNIO 2021/2025

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 2023

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS.

A reunião foi secretariada por Arménia Sílvia Carvalho Braga Pereira, Licenciada e Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição.

Sendo dez horas e vinte e cinco minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



## 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou o seguinte: “Senhor Presidente, relativamente ao anuário financeiro, já abordámos o tema ao de leve na Assembleia Municipal é um documento extenso e apesar de não termos tido muito tempo, deu para tirar conclusões. De qualquer forma vou tecer aqui alguns reparos e considerações e também avaliar sobre aquilo que nos pode acrescentar acerca do que nos diz o Anuário Financeiro dos municípios portugueses, porque parte do princípio que o que lá consta transversalmente, trata a realidade do nosso município. Conhecendo as contas do município de Paredes, o Senhor Presidente e os outros que consultarem o anuário infelizmente não poderão dizer que esperavam que o nosso município se destacasse pela positiva, mas confesso que, comparando com outros municípios, a situação é deveras alarmante pois o município de Paredes foi o que mais aumentou as receitas cobradas em 2022, foram mais de 53% face a 2021. A receita que em grande parte são impostos pagos por todos nós paredenses, praticamente duplicou em 5 anos, era de 41 milhões de euros e passou a ser de 79 milhões de euros em 2022. Essa receita também advém, obviamente, de bens duradouros, património do município, com a venda em 570 milhões de euros em 2022. Paredes é o terceiro município a nível nacional com maior volume de passivos financeiros e em 2022, foi o município que mais agravou a dívida pública nacional, foram mais de 21 milhões de euros. Paredes é o primeiro, o município com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos o que quer dizer que praticamente amortizamos pouco e acrescentamos muito, é o 23º concelho nos juros e encargos financeiros pagos, quer dizer que pagamos muito e que devemos muito, é o 18º município na diferença entre a execução da receita e da despesa. Já tínhamos alertado várias vezes aqui e na Assembleia Municipal constantemente para o perigo de empolar de forma fictícia a receita orçamentada. O município de Paredes tem o maior passivo exigível, em 2022, foi o que mais aumentou entre todos os municípios, mas, apesar



de todo este endividamento bancário, tem o 21º prazo médio de pagamentos mais elevado e por tudo isto e não só, é o 13º no ranking com menores resultados económicos líquidos. Senhor Presidente, o passivo total anda na casa dos 200 milhões de euros, inclusive eu pedi dos contingentes e foram facultados por si, incluindo alguns sem estimativa. São considerados cerca de 99 milhões de euros ou arredondando, 100 milhões de euros de passivo contingente mais o outro passivo que andarà na casa dos 200 milhões. Nós devemos cerca de 58 milhões de euros em dívida, são números muito difíceis para o concelho que se encontra numa situação financeira frágil e o Presidente dirá, como disse na Assembleia Municipal, que construímos e que o passivo são amortizações. Em tempos falou-se muito da dívida que efetivamente, era muito mais baixa que a de hoje, devia-se cerca de 50 milhões de euros e aquilo que dizia é que a situação da Câmara era dramática. Hoje devemos 58 milhões e dirá também que tem a ver com o empréstimo do Resgate, mas nós para contraímos empréstimos e fazermos opções, bem ou mal temos que ter condições. No passado, quando leiloou a dívida da forma que a leiloou e também o passivo, tinham sido feitos centros escolares em muitas freguesias e tinham sido feitos pavilhões em várias freguesias e nunca ouvi naquele momento dizer que depois era amortizado. Empolou e se pegou no discurso, gostava de saber o que tem Alexandre Almeida, candidato em 2017, a dizer das contas que temos hoje e que estão refletidas no anuário de 2022. Senhor Presidente, na última reunião e já o tinha perguntado anteriormente, perguntei qual era a nossa posição sobre as Unidades Locais de Saúde, o Senhor Presidente voltou a encolher os ombros, disse que era uma opção do Governo e que nós acatávamos. Depois de conhecermos mais alguns dados, pergunto-lhe se mantém a mesma posição e se tem mais informação sobre esta matéria para perceber o quanto isto irá mudar na dinâmica dos paredenses, no acesso ou nas possibilidades de acesso aos cuidados de saúde. Infelizmente, a nossa posição não é coincidente e queremos o melhor para os munícipes de Paredes, melhor acesso aos cuidados de saúde que já hoje não acontece e, previsivelmente, com o acionar da Unidade Local de Saúde que terá uma dimensão para cerca de 500.000 utentes e que reverterá por completo o processo, dado que quem passará a mandar nas USF's ou nos centros de Saúde, será a administração hospitalar. Nós sabemos que, infelizmente, pela forma como trabalha hoje o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, o quanto irá inverter a situação e vou dar um exemplo. Qualquer utente de Paredes com um P1 pode fazer umas análises ou qualquer outro exame no sítio que quiser, mas a partir do momento em que as ULS entrarem em funcionamento não será assim, porque será protocolado em sítios próprios. Primeiro tentarão



levar para o hospital para pagar o menos possível fora e vão criar listas de espera infinitas como nas outras que já existem e quererão concursos públicos com uma entidade. Isto irá criar menos opção de escolha aos utentes e mais problemas, constrangimentos e tempos de espera e não é isto que nós pretendemos, porque já basta o estado da saúde, depois até para fazer um simples exame será o cabo das tormentas. Volto a perguntar se aprofundou esta questão e se mudou de opinião, atendendo a que este é um assunto demasiado pertinente para o concelho de Paredes e para os nossos munícipes? Senhor Presidente, lembro-me de na campanha falar muitas vezes de habitações a custos controlados, mas com outra visão, porque se nós tínhamos condições, porque se tínhamos lotes de terreno que o município pôs à venda e em muitos desses lotes de terreno que vamos pôr à venda, vão nascer habitações que designa a custo controlado, mas que à população de Paredes vai custar dinheiro, a quem concorrer a elas, nunca nos disse o valor e já lhe perguntei várias vezes. Imagino que ande na casa dos 1000 pedidos de habitação social que nós devemos ter em gaveta mais ou menos, nunca me disse diretamente o valor. Se nós tínhamos o terreno, se o PRR permitia construir habitação social para o município praticamente a custo zero, sendo financiada a 100%, porque é que a nossa estratégia é a de construirmos 30, 40, 50 habitações sociais em vez de 200 ou 300 e provavelmente ficaríamos a 1/4 ou 1/5 do que é necessário no concelho? Já nem quero falar da questão do sul do concelho, como foi falado na Assembleia Municipal e que o Senhor Presidente não respondeu, porque espero que não me diga que no sul do concelho, não é preciso habitação social ou então que as pessoas do sul do concelho se deslocarão para o norte para vir habitar nas habitações sociais, porque não vão ser precisos no norte e vão ser alocadas às pessoas do sul do concelho. Pergunto-lhe se não seria mais útil esta visão de, em vez de vendermos os terrenos em lotes onde provavelmente irão aparecer habitações de outra forma, não as tivéssemos construído ou candidatado com financiamento praticamente sem custos para o município em que reverteria a criar melhores condições a muitos paredenses? Se puder e se também for útil, diga-nos quantos pedidos de habitação social temos no nosso município nos dias que correm? Senhor Presidente, perguntar, temos perguntado constantemente e vamos perguntar em todas as reuniões, se tem novidades sobre o projeto da ETAR para resolver o problema do Rio Ferreira? O Senhor Presidente, disse-nos na última reunião e na Assembleia Municipal que a ETAR que é móvel, que o Senhor Presidente, foi visitar, acompanhado pelo senhor engenheiro da APA que, curiosamente, é o mesmo que aquando das visitas que tivemos, que nos dava aos números que depois fomos constatar que, se calhar, não seriam aqueles, mas, curiosamente, é o



mesmo engenheiro e disse-nos que até estava a resultar muito bem e que a ETAR móvel até estava a fazer um excelente trabalho. Mas não nos deu dados sobre a ETAR móvel, nomeadamente, o que é que faz ou deixa de fazer, qual é a percentagem de descargas que deixou de haver no rio, se se faz uma triagem e essa primeira reflete o quê? Porque se tiver tubagem e passar a fazer a separação, de facto, pode fazer algo, mas o problema continua a não estar resolvido e infelizmente não estará resolvido enquanto não tivermos a ETAR definitiva. Por isso volto a perguntar como é que está o ponto de situação do projeto para a ETAR do Rio Ferreira? Vou falar-lhe da questão do Dia do bombeiro, o Senhor Presidente sabe o que se passou, se não sabe, devia saber, porque tinha alguém que devia lá estar e saber que, infelizmente, ficámos mal todos. Este alerta é para o facto de ser positivo, depois corrigiu o valor e bem agradeço, 22 euros por pessoa, servirmos uma feijoada que provavelmente não chegou para todos os que foram convidados para almoçar e pelos vistos, estávamos menos que o previsto. Os vereadores do PSD não foram, o senhor Presidente disse que também não foi e se nós tivéssemos ido eramos mais 3, menos ia chegar. Tenho pena, temos que ter isto em consideração e gostava de saber isso a fundo e não é com declarações escritas das direções dos bombeiros a dizer que correu bem o almoço. É de lamentar e de tentar corrigir para a próxima porque se queremos dar dignidade ao evento, também depois devemos tratar bem os bombeiros no respetivo almoço. Senhor Presidente, perguntar-lhe sobre o estudo de impacto ambiental para a fábrica do lixo ou para a Unidade de Valorização Orgânica de Biorresíduos como Senhor lhe chama. Na última reunião disse-me que o complemento do estudo ainda não tinha saído e devo dizer que eu presumo que o que estamos à espera é do estudo, porque para mim o que existe é que é o complemento, é um parecer técnico para a seleção dos biofiltros. O estudo que temos não diz que é um estudo de impacto ambiental, quem o assinou não o pôs como tal, identificou como parecer técnico para a seleção de biofiltros e o que eu estou à espera, de facto, é do estudo de impacto ambiental, agradecia que me dissesse quando é que podemos ter acesso, o complemento eu tenho. Senhor Presidente, há situações que são difíceis de perceber e nós ouvimos serenamente a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Louredo na Assembleia Municipal, a tentar explicar o que não foi perguntado a ele. O que perguntei foi a si, não foi ao Senhor Presidente da Junta de Louredo, nós já estamos habituados, a ver intervenções daquelas, não é de agora, já em 2009/2013 e 2013/2017 nós ouvíamos o que é que ele dizia acerca de muitas bancadas e sobre muitas pessoas e que hoje normal. A vida dá a volta, hoje são amigos, mas na altura insultavam-se mutuamente, mas isso a nós não nos causa espécie. Nós



questionámos aqui acerca de uma munícipe de Louredo que se identificou, os outros não se quiseram identificar, se tinha disponibilidade para ir ao passeio que é suportado pelo município, quem o paga é o município, somos todos nós. O Senhor Presidente até disse, *nem que vão nos nossos carros, nos carros dos vereadores ou no meu carro, ou ela ou o Presidente da Junta vem para o nosso carro e a senhora irá com toda a certeza*, presumo que foi dentro disto que disse. Eu acredito naquilo que o Senhor me diz, parto do princípio que está a falar verdade, mas não foi assim porque a senhora não foi ao passeio e estamos todos fartos de saber que foram todas entidades avisadas. Eu tive o cuidado, não era minha obrigação porque acho que é o contrário, porque quem é remunerado pelas funções não sou eu, mas tive o cuidado de telefonar para o gabinete da Senhora vereadora para saber se o assunto estava resolvido. Depois, numa ação quase de primeira classe, ligaram-me por volta das 9 da noite isso já não se lembra no século 21, a dizer que efetivamente não era possível e que até nem sabiam o meu número de telefone quando nós preenchemos uma ficha para estar aqui titulados de vereadores ou com o cargo que ocupamos onde constam os nossos dados todos. Quando o município precisa de nós como assiduamente a Dr<sup>a</sup> Verónica me liga para resolver pequenos problemas, nós nunca colocamos obstáculos por isso é de primeira classe virem dizer que não têm o número. Não é por aí que se resolvem os problemas e o que é efetivamente grave é que essa senhora não foi ao passeio e para complementar, porque hoje há pessoas que são mais afetas às redes sociais e outras não, o que é um facto é que se forem consultar as redes sociais da Junta de Freguesia de Louredo, não há nenhuma promoção ao evento. Efetivamente as pessoas podiam não saber e acho que nós todos não ficámos bem e não é de bom tom que aconteçam estas situações, porque supostamente, estes eventos são para todas as pessoas que reúnam as respetivas condições, usufruírem. Por isso, solicito, se possível para a próxima reunião, a listagem das pessoas que foram no autocarro de Louredo e as respetivas idades para depois consultar e confirmar se o autocarro estava completo, se eram pessoas de Louredo e se tudo estava em conformidade. Houve um evento de uma marca de cerveja chamada Nortada que teve uma série de eventos no concelho de Paredes. Quais foram os custos que nós tivemos no município com o evento? Senhor Presidente, eu percebo que são opções estratégicas, mas eu presumo que ouviu tantas vezes a falar do Centro Escolar de Rebordosa que não foi feito que, efetivamente, a meu ver, é preciso. Tendo o terreno disponível que está cativado e efetivado para tal, se não for ao abrigo do PRR, pode ser ao abrigo do Portugal 2030, desafio-o a fazer mais um Centro Escolar na cidade Rebordosa com as devidas condições. Ao longo do tempo ficou



provado que o outro não é suficiente, porque aquela escola primária que está a funcionar, presumo que é a última do concelho naquelas condições. É verdade que tem sofrido melhoramentos constantes, mas infelizmente não reúne condições como todos os outros e não deve haver alunos de primeira e de segunda, há possibilidade de uma candidatura, lembro que não há fatores inibidores, cumprindo as regras, naturalmente ou no Portugal 2030 ou ao abrigo do PRR. Disse que no PRR não havia itens, a minha atividade profissional, muitas vezes não permite que tenha todo o tempo que queira para me dedicar a isto, mas também devo lembrar que quando foi do Multiusos inicialmente a candidatura tinha objetivos que depois foram ajustados. Por isso aqui trata-se também de uma questão de vontade política e se a tivermos, eu quero acreditar que a para a cidade Rebordosa, como para todas as outras, o objetivo é sempre crescer e não diminuir. Posto isto, lançava-lhe este desafio, de facto, seria útil para a cidade e para o concelho para continuarmos a ter um ensino de excelência.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “Senhor vereador acho que nesta parte final da sua intervenção respondeu a muito daquilo que faz ter as intervenções que tem, porque disse que a sua atividade profissional não permite atingir mais, portanto, não permite estudar mais os temas, portanto, ficou tudo esclarecido, fica desculpado por aquilo que diz nalgumas das suas intervenções. Em relação à questão que já abordaram em sede de Assembleia Municipal, uma vez mais, de forma falaciosa, quiseram transmitir o mesmo aqui na reunião de câmara. O Senhor vereador sabe perfeitamente que tudo aquilo que apontou tem uma única causa que foi a contratação de 21 milhões de euros do empréstimo extraordinário para fazer o Resgate. Uma vez mais fica claro que vocês são contra o facto de nós termos tomado conta do serviço de água e saneamento, mas o que é certo é que nós já fizemos às pessoas mais ligações de maio até agora do que aquelas que tinham sido feitas no ano passado em todo o ano. Essas pessoas não estão contra os SMAS, aquelas pessoas que vão ter saneamento em Sobreira e Recarei a partir do final do ano, também não estão contra os SMAS, bem como aquelas pessoas que vão beneficiar dos 7 milhões de euros que nós já anunciámos de fundos comunitários para fazer saneamento, mais cerca de 1 milhão e 800 mil euros, que é quanto nós conseguimos libertar de resultados nos SMAS para fazer saneamento. Essas pessoas não vão ficar contra os SMAS, mas infelizmente nota-se perfeitamente que os 2 vereadores do PSD são contra os SMAS. Digam isso publicamente, mas pronto, nós desculpamos porque a sua atividade profissional não permite explorar mais as



questões. Eu vou relembrar-lhe alguns números para ver que a saúde financeira do município não está tão degradada como você diz. Nós vamos suportar cerca de mais de 1 milhão de euros de juros e mesmo assim, não vamos ter que recorrer a um PAEL, como vocês tiveram que recorrer. Quando eu cheguei à Câmara Municipal havia um empréstimo do PAEL, Programa de Apoio à Economia Local que era um empréstimo a que as câmaras recorriam quando não conseguiam ir à banca para não entrarem em rutura e em falência, como entram os particulares ou as empresas, deve saber o que isso é, para a Câmara não entrar em insolvência. Ora, uma das primeiras medidas que nós tomámos quando chegámos à Câmara, foi anular esse PAEL que era constrangedor para os nossos objetivos, porque não nos permitia fazer algumas das coisas que nós queríamos fazer. Nós fomos à banca buscar o financiamento, mas antes de fazer isso, tivemos que fazer outras coisas mais como por exemplo, fazer com que a Câmara Municipal tivesse acesso a fundos comunitários. Neste momento, o município tem acesso a fundos comunitários e tem acesso a fundos estruturais do PRR, acesso a fundos comunitários do Portugal 2020, tem acesso a fundos comunitários do fundo ambiental, tem acesso a todos os fundos comunitários existentes. Nós vamos a todas e por isso é que nós conseguimos fazer obra, apesar do passivo que herdámos e é por isso, que temos conseguido descer o passivo gradualmente. Vou dar-lhe alguns números que estão lá no anuário e que vocês não falaram, ou de má-fé ou então, porque a sua atividade profissional não permite mais. Somos o 12º município em 308 com menor peso de custos com pessoal na despesa total, apesar de vocês estarem sempre a dizer que estamos a contratar pessoal. Somos o 32º município em 308 com maior volume de investimento pago em 2022, é obra! E somos o 9º município em 308 que mais despesas correntes pagamos, quer aquelas que fizemos, quer aquelas que vinham de trás, porque temos vindo a diminuir o prazo limite de pagamentos. Somos o 25º com maior volume de despesa paga em bens de capital, não só fizemos mais investimentos com pagámos, não só os que fizemos com os que vinham de trás. Eu vou dar-lhe aqui alguns números que são muito objetivos, prazo médio de pagamento a fornecedores em 2012, 291 dias, não eramos nós que cá estávamos, prazo médio de pagamento a fornecedores em 2014, 162 dias, por isso é que foi preciso recorrerem ao PAEL. Prazo médio de pagamento a fornecedores em 2021, 52 dias, isto só para lhe dar alguns números e o que lhe posso garantir é que vamos uma vez mais chegar ao final deste ano e vamos reduzir a dívida, a dívida que temos em atraso. Isto porque uma coisa é a dívida em atraso, outra coisa é a dívida que nós contratámos a 20 anos, porque sabemos que vamos fazer investimento que vão durar mais do que 20 anos, ou seja, o



saneamento que nós estamos a fazer agora vai resultar para os próximos 30/ 40 anos e posso-lhe garantir que, neste momento, os SMAS vão libertar para o ano completo no próximo ano, cerca de 1 milhão e 800 mil euros. Mas, ano após ano vai libertar cada vez mais e é um investimento que, no futuro, quem cá estiver no município vai agradecer o facto de nós termos tido a coragem de tomar essa opção. Quanto às ULS, já lhe dei a minha opinião, você sofre de informação precoce, quer tirar ilações antes delas acontecerem, mas isso fica consigo. Quanto à questão das habitações sociais, dizer-lhe que, como eu disse na Assembleia Municipal, a Ministra da Habitação veio cá, porque reconhece o esforço que nós temos vindo a fazer. Nós temos investimentos que estão em curso, temos outros investimentos já a começar agora e temos outros investimentos aprovados que vão começar em breve. Se me pergunta: vamos resolver todos os problemas de habitação que temos no concelho, digo que não vamos conseguir resolver todos assim como a nível nacional ninguém vai conseguir por muita capacidade de investimento que tenha. Não vai conseguir o Porto, não vai conseguir Lisboa, não vai conseguir Gaia, não vai conseguir Matosinhos por muito mais capacidade financeira que tenham relativamente ao município Paredes. Mas nós dentro daquilo que nos foi colocado à nossa disposição, vamos fazer o máximo possível e vamos certamente melhorar a situação que temos neste momento. Quanto à questão da ETAR, já tive a oportunidade de lhe dizer foi lá colocada de forma provisória uma ETAR, que é uma instalação amovível, porque nós não podemos estar de mãos atadas à espera que o novo grande investimento na nova ETAR entrasse em funcionamento. Essa ETAR faz toda a 1ª parte de tratamento das águas através de filtros, só não faz o tratamento biológico, ou seja, depois de haver uma primeira filtragem e uma separação dos dejetos, depois a água, fica num recipiente para tratamento biológico através dos próprios microrganismos, esse tratamento é que não é feito. O que eu lhe disse foi que, tendo em conta a capacidade de tratamento que aquela ETAR provisória tem, o resultado tem sido muito bom face à capacidade que ela tem. Agora, é óbvio que nós só vamos ficar satisfeitos e só vamos ficar com o rio limpo, quando a ETAR principal estiver em funcionamento, cujo projeto de lançamento do concurso está em construção, como já lhe falei e logo que o concurso público seja lançado, nós daremos nota disso. Quanto à questão do Dia do Bombeiro, não vou referir mais nada, nós não tivemos nenhuma queixa. Quanto ao complemento do estudo que a AMBISOUA solicitou para a Unidade de Tratamento de Resíduos Orgânicos, já tive oportunidade de dizer que o estudo versou sobre aquele que era o único impacto possível daquela unidade. Era a mesma coisa que uma indústria de mobiliário, por exemplo, se souber que



o único impacto que vai ter é a emissão de fumo da queima das fitas, ou de serrim para o exterior estar a fazer um estudo de impacto ambiental, não fazia sentido. De qualquer forma, o estudo de impacto ambiental, versou sobre aquilo que era o único ponto crítico daquela unidade que seria a possível emissão de odores, apesar de ser coberto, tinha que ser salvaguardada a questão dos filtros. Foi isso que o estudo fez e a opção mais completa de inibição desses odores é aquela que foi tomada e que vai ser posta em prática. De qualquer forma, para que não houvesse dúvidas em relação a isso, solicitou-se um complemento do estudo de impacto ambiental e logo que ele esteja concluído, não faltará muito, ser-lhe-á facultado. Quanto à questão relacionada com a pessoa que não foi no autocarro de Louredo, se essa pessoa se tivesse inscrito a tempo e horas, conforme estava estipulado, não tenha dúvidas nenhuma que arranjaríamos forma de a levar nem que fosse preciso contratar um táxi. Agora a pessoa não cumpriu com o que estava instituído e o autocarro estava esgotado, portanto, não havia hipótese de a levar nem podíamos estar a abrir exceções dessas sob pena de, nos próximos passeios acontecer o mesmo, depois de estar fixada uma data. Deve imaginar que a logística de um passeio em que se levam cerca de 2000 pessoas, temos de saber com algum tempo de antecedência as pessoas estão inscritas para a contratação dos autocarros. Portanto, se após o fecho das inscrições permitíssemos sempre novas inscrições, tornava-se ingovernável essa gestão. Relativamente à questão da listagem de quem foi no autocarro, se a proteção de dados o permitir, não vejo problema nenhum em que lhe seja fornecida. A resposta foi-lhe dada porque esse assunto veio até mim, foi-me dado conhecimento ao final da tarde que o senhor tinha ligado para cá preocupado com uma munícipe que não podia ir no autocarro. Eu tive oportunidade de saber o que é que se tinha passado e, portanto, perante isso, pedi para lhe ser comunicado. As inscrições são feitas na Junta de Freguesia, mas têm é que ser feitas em devido tempo. Quanto à questão do evento que nos foi proposto por uma marca de cervejas, os únicos encargos que nós tivemos foi disponibilizar o espaço, foi a ligação da rede elétrica e a colocação dos outdoors, porque os eventos, se não forem publicitados, ninguém beneficia deles. Tomáramos nós ter muitos eventos destes em que há um promotor que se predispõe a montar barracas de comes e bebes e correr o risco pela iniciativa, tendo nós apenas que disponibilizar espaço e pouco mais.”

Pedi a palavra o vereador Dr. Paulo Silva que referiu: “Só para informar que, tal como já tínhamos afirmado e daquilo que falámos com as escolas, neste momento, apenas uma escola tem



falta de um professor que é em Lordelo, mas que é uma situação daquelas que é normal, que é uma professora que apresentou um atestado médico e, portanto, vou iniciar o processo de substituição. Portanto, em todas as outras escolas todos os professores estavam colocados no início do ano letivo, acho que não temos que estar alarmados, o concelho continua a ser atrativo para os professores, para já temos esta situação e no futuro vamos ver.”

## 2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia três de outubro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: cinquenta e três milhões quarenta e oito mil setecentos e três euros e oitenta e três cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: setecentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

## 3 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - 27ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - 23ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento - 27ª alteração orçamental - 23ª alteração permutativa ao orçamento da despesa.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

## 4 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 28ª ALTERAÇÃO ANO 2023 - 24ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 18ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E ANOS SEGUINTE



#### PERMUTATIVA AO P.P.I. E ANOS SEGUINTE - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento 28ª alteração ano 2023 - 24ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 18ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais e anos seguintes - 18ª alteração permutativa ao P.P.I. e anos seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

#### 5 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, sessenta e cinco mil duzentos e noventa e um, datada de vinte e nove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de onze a vinte e dois de setembro do corrente ano, no montante de dois milhões cento e quarenta e quatro mil e quinze euros e vinte e dois cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

#### 6 - REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA E DE GÁS NATURAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Aprovisionamento e Património, com o número de identificação de processo geral, vinte e três mil seiscentos e vinte e dois, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, relacionada com o Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Energia Elétrica e de Gás Natural – Procedimento por Lotes – Proc.º 84/DAP/2023.

O Senhor vereador Ricardo Sousa disse o seguinte: “Senhor Presidente, o que nos diz aqui na apresentação do ponto é que os valores apresentados são superiores aos do mercado regulado.



Perguntar-lhe se antes da formalização deste concurso não foi feita uma pré sondagem do mercado para ver se havia vantagens ou não antes lançar o concurso público? Agora estamos a retirar e podíamos ter antecipado aqui uma série de processos se tivéssemos feito essa sondagem. Vamos fazer um novo concurso ou vamos recorrer ao mercado regulado?”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Nós só fazemos sondagens quando são concursos públicos de coisas que não tenhamos experiência anterior e neste caso do concurso público para eletricidade e gás já tínhamos experiência anterior, portanto, o que lhe posso dizer é que tem que ser lançado um novo concurso.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR CORRESPONDENTE AO LOTE 1, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 79º CONJUGADO COM O ART.º 80º DO CCP. MAIS DELIBEROU DELEGAR NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL A CONDUÇÃO DOS RESTANTES PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS LEGAIS NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO DO MESMO.

#### 7 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa – Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral sessenta e cinco mil cento e vinte e seis, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 06 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS



---



---

DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

8 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral sessenta e cinco mil e noventa e oito, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 04 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DOS VÁRIOS EVENTOS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

9 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO, PEÇAS DO PROCEDIMENTO, AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA REBORDOSA E EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO ENVOLVENTE À CAPELA DE REBORDOSA, POR LOTES- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, vinte e sete mil quatrocentos e noventa e sete, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais relacionada com a construção da Capela Mortuária de Rebordosa e execução de arruamento envolvente à Capela de Rebordosa por lotes.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que adiantou: “Vamos avançar agora com o investimento da Capela Mortuária e do arranjo envolvente à Capela, portanto, será lançado um concurso público com 2 lotes, um lote que diz respeito à Capela e um outro que tem a ver com o arruamento envolvente à mesma.”



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, O PROJETO DE EXECUÇÃO, A AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E A ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA DE REBORDOSA E EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO ENVOLVENTE À CAPELA DE REBORDOSA POR LOTES, MEDIANTE PRÉVIA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS DE DOTAÇÃO E COMPROMISSO ORÇAMENTAL, NOS PRECISOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD abstiveram-se apesar de serem a favor desta obra em particular e de todas as obras genericamente, mas como habitualmente o fazem, os procedimentos dos concursos e o que quer que seja neste âmbito, refere-se a quem gere os processos e quem gere tem a responsabilidade de os aprovar, daí termo-nos abtido.”

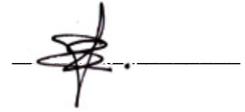
10 - TOPONÍMIA DE PAREDES/BESTEIROS (RUA DO CORGO, TRAVESSA DA VIDIGUEIRA)  
- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil cento e dezassete, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia em Besteiros, atual freguesia de Paredes - aprovação da Rua do Corgo e Travessa da Vidigueira.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA EM BESTEIROS, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES - RUA DO CORGO E TRAVESSA DA VIDIGUEIRA, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

11 - TOPONÍMIA DE PAREDES/GONDALÃES (RUA DO CORGO) - PARA DISCUSSÃO E



## VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil trezentos e setenta e cinco, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia em Gondalães, atual freguesia de Paredes - aprovação da Rua do Corgo.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA EM GONDALÃES, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES - RUA DO CORGO, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

12 - TOPONÍMIA DE PAREDES/CASTELÕES DE CEPEDA (RUA ANTÓNIO JOSÉ DE SOUZA MACHADO) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil e sessenta e sete, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia na freguesia de Paredes - aprovação da Rua António José de Souza Machado.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE PAREDES - RUA ANTÓNIO JOSÉ DE SOUZA MACHADO, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

13 - TOPONÍMIA DE VILELA (PRAÇA DO CENTRO ESCOLAR DE VILELA) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil seiscentos e oitenta e dois, datada de dezanove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia na freguesia de Vilela - aprovação da Praça do Centro Escolar de Vilela.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE VILELA - PRAÇA DO CENTRO ESCOLAR DE VILELA, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

#### 14 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 135/17LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e um de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 135/17LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 135/17LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

#### 15 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 278/21LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e



Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e nove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 278/21LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 278/21LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

16 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 346/19LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

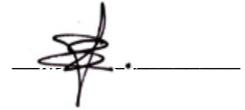
Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e nove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 346/19LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 346/19LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

17 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 350/18LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e dois de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 350/18LI,



para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 350/18LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DAS TAXAS DO PROCESSO 381/22LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de quinze de setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 147,73 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA PARA CUSTEAR A TAXA MUNICIPAL DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - PROC.º N.º 381/22LI.

19 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DAS TAXAS DO PROCESSO 66/21LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de quinze de



setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 283,90 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA PARA CUSTEAR A TAXA MUNICIPAL DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - PROC.º N° 66/21LI.

20 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À OBRA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DAS TAXAS DO PROCESSO 249/23G - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e oito de setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 32,40 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA PARA CUSTEAR A TAXA MUNICIPAL DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO - PROC.º N° 249/23G.

21 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À OBRA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DAS TAXAS DO PROCESSO 381/22LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e



Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e nove de setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 107,80 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA PARA CUSTEAR A TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS DE DUAS RESIDÊNCIAS DE AUTONOMIZAÇÃO E INCLUSÃO - PROC.º Nº 381/22LI.

22 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À OBRA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DAS TAXAS DO PROCESSO Nº 102/23G - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e oito de setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 32,43 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA PARA CUSTEAR A TAXA MUNICIPAL DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO - PROC.º Nº 102/23G.

23 - NÃO APLICABILIDADE DA ATUALIZAÇÃO DA RETRIBUIÇÃO DEVIDA, AO MUNICÍPIO DE PAREDES, PELA GESTÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE BALTAR/PARADA NO ANO DE 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Setor de Desenvolvimento das Atividades Económicas, com o número de identificação de processo geral, sessenta e três mil seiscentos e setenta e um, datada de vinte de dois de setembro do corrente ano a propor ao Executivo Municipal a não aplicabilidade da atualização da retribuição devida ao Município de Paredes pela gestão do Parque Empresarial de Baltar/Parada no ano de 2024.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: “Quem tem lotes e investimentos no Parque Industrial de Parada/Baltar paga uma taxa relativa às infraestruturas de que beneficia, nomeadamente a ETAR. Nós temos causado algum transtorno a quem lá está, porque tem havido um crescimento acentuado desta zona industrial e estamos constantemente em obras. Ainda agora vamos ter que lançar a abertura de mais um troço lá e depois lançar mais um procedimento para criar mais uns lotes e, portanto, entendemos por bem manter o valor que está e não fazer a atualização.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE NÃO APLICABILIDADE DA ATUALIZAÇÃO DA RETRIBUIÇÃO DEVIDA AO MUNICÍPIO DE PAREDES, PELA GESTÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE BALTAR/PARADA NO ANO DE 2024.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor porque entendem que estamos a ajudar as empresas a consolidarem-se e a estarem mais fortes para terem mais possibilidades de ter sucesso e criar mais postos de trabalho e só lamentamos é que este princípio não tenha sido aplicado noutras taxas e impostos como a do lixo, mas, de qualquer forma, votamos a favor como teríamos votado a favor nos outros.”

24 - PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO IMI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



---



---

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Assuntos Jurídicos, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco, datada de vinte e dois de setembro do corrente ano, relacionada com o pedido de renovação de isenção do pagamento do IMI - FENABEL - Indústria de Mobiliário, Lda.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Trata-se de uma empresa que tinha beneficiado de isenção de IMI e que, entretanto, voltou a fazer novos investimentos. Como tal, solicitou a prorrogação dessa isenção do IMI, porque está a aumentar o investimento que realizou na empresa.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Senhor Presidente, isto decorre da Lei, a empresa Fenabel fez investimentos, praticamente isto é um formalismo. De qualquer forma, nós votaremos a favor.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO IMI SOLICITADO PELA EMPRESA FENABEL - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA. POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, COM INÍCIO EM 2024, CONFORME PARECER DATADO DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO DO CORRENTE EXARADO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

25 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um requerimento proveniente do Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra, datado de vinte e quatro de agosto do corrente ano, a solicitar a atribuição de apoio financeiro.



---



---

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: “Trata-se da aquisição de uma viatura elétrica, cuja comparticipação dos fundos comunitários não paga a totalidade do valor da viatura. Foi-nos solicitado um apoio e nós entendemos atribuir um subsídio de 5.000 euros dado inclusive ser uma Associação que também presta serviço de fornecimento de alimentação aos centros escolares e, portanto, necessita dessa viatura.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 5.000 AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE GANDRA PARA AJUDA NOS ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA ELÉTRICA ADAPTADA AO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO CONFORME PROPOSTO.

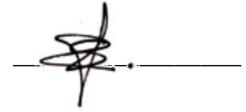
#### 26 - DOAÇÃO DE OBRA DE ARTE À CASA DA CULTURA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral sessenta e quatro mil trezentos e vinte e dois, datada de vinte e seis de setembro do corrente ano, relacionada com a doação de obra de arte à Casa da Cultura de Paredes - “Abraçar a Mãe Terra”, efetuada por Filipa Alexandra Albuquerque de Gouveia Pais Rodrigues, residente em Lisboa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO DE UMA OBRA DE ARTE À CASA DA CULTURA DE PAREDES - “ABRAÇAR A MÃE TERRA”, EFETUADA POR FILIPA ALEXANDRA ALBUQUERQUE DE GOUVEIA PAIS RODRIGUES, RESIDENTE EM LISBOA. MAIS FOI DELIBERADO APROVAR A RESPETIVA MINUTA DO AUTO DE DOAÇÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS.

#### 27 - DOAÇÃO DE OBRA DE ARTE À CASA DA CULTURA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO



## E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral sessenta e quatro mil quatrocentos e sete, datada de vinte e seis de setembro do corrente ano, relacionada com a doação de obra de arte à Casa da Cultura de Paredes - "Homenagem I" 2023, efetuada por Helena Sofia de Matos Meireles, residente em Lisboa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO DE UMA OBRA DE ARTE À CASA DA CULTURA DE PAREDES - "HOMENAGEM I" 2023, EFETUADA POR HELENA SOFIA DE MATOS MEIRELES, RESIDENTE EM LISBOA. MAIS FOI DELIBERADO APROVAR A RESPECTIVA MINUTA DO AUTO DE DOAÇÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS.

## 28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE PAREDES NO ÂMBITO DA CAMINHADA NOTURNA "SEXTA-FEIRA 13" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil quinhentos e noventa e quatro datada de vinte de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de subsídio à Freguesia de Paredes no âmbito do evento "Sexta-Feira 13".

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: "Trata-se de um apoio simbólico de 600 euros para ajuda na realização deste evento, que cada vez mais se tem consolidado em Paredes."

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: "Senhor Presidente, só deixar aqui um alerta que nós temos vindo a fazer em situações similares, porque não vão todos fazer a caminhada *sexta-feira 13*, para que os apoios sejam similares. Neste caso específico, também deixar



aqui um alerta que a Junta de Freguesia de Paredes, à dimensão que tem, já tem um orçamento considerável. Nós entendemos que para algumas iniciativas, as juntas de freguesia, tendo orçamento, cabe-lhes também fazer face às despesas que têm e neste caso específico da *sexta-feira 13*, ao contrário do que o Senhor Presidente disse, pelo menos nos apoios tem perdido fulgor, porque já foram 2000 euros e hoje são 600 euros. Não sei qual será a dimensão desta caminhada, por isso, Senhor Presidente, deixar aqui uma chamada de atenção. Nós votaremos a favor do subsídio, mas chamar a atenção, porque há juntas de freguesia que efetivamente não têm condições nem mecanismos, mas uma Junta de Freguesia que tem as receitas que tem a Junta de Freguesia de Paredes, julgo que não serão 600 euros que farão grande diferença e que tanta falta fariam noutras circunstâncias.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que sustentou: “Senhor vereador, uma vez mais vou socorrer-me daquilo que disse na sua primeira intervenção, a sua atividade profissional, não permite aprofundar as questões. A Junta de Freguesia tem mais receita, mas também tem mais despesas ou acha que é só receitas? Por exemplo está a dizer que a receita da Junta de Freguesia de Paredes é superior à receita da Junta de Freguesia de Beire e não acha que a despesa deles também é superior à das outras freguesias?”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 600 À FREGUESIA DE PAREDES PARA ORGANIZAÇÃO DA CAMINHADA NOTURNA “SEXTA-FEIRA 13”. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

29 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Unidade de Gestão Integrada do Ambiente, com o número de identificação do processo geral sessenta e cinco mil trezentos e



cinquenta e cinco, datada de vinte e nove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a proposta do Plano Municipal de Ação Climática do Município de Paredes.

“Senhor Presidente, aqui a minha atividade principal permite-me estar mais atento, a sua que é gerir os destinos do município e ganha para isso, também devia estar mais atento nomeadamente àquilo que os vereadores do PSD lhe têm dito acerca desta matéria. Há cerca de um ano que vimos alertando para ver se havia candidaturas ou não. Estávamos a pensar em certos edifícios do município, torná-los mais autónomos e aquilo que nos foi dizendo é que estavam atentos e que depois se veria. O que é um facto é que não se têm visto investimentos consideráveis, não vai dizer que tem a ver com a colocação de iluminação com lâmpadas Led nas ruas porque nós podíamos perfeitamente já ter algumas candidaturas com sucesso e com isso alguns edifícios quase autossustentáveis. Isso não veio a acontecer e presumo que este plano, que é uma obrigação do município apresentar, o que nos diz é que algumas das sugestões que fomos dando vão acontecer. Se nós já as estivéssemos implementado, naturalmente estávamos um passo à frente, que é isso que temos vindo a dizer e era nesse aspeto que estávamos a falar, que efetivamente podemos ser sempre um bocadinho mais ambiciosos. Como pode ver, neste caso, a minha atividade profissional conseguiu fazer com que visse mais à frente um bocadinho.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou: “Parte do que está neste Plano já está a ser executado, nós temos Led’s em quase todas as freguesias, neste momento estamos a estudar a hipótese de também as freguesias de Rebordosa e Lordelo ficarem com iluminação em Led, já aderimos à comunidade energética da LIPOR e depois nós temos que fazer as coisas por forma a que no futuro não necessitemos do PAEL. Se estamos agora à espera de um Quadro Comunitário de Apoio que nos vai permitir fazer alguns investimentos a este nível, nomeadamente de eficiência energética nalguns edifícios, temos que aproveitar essas oportunidades de investimento para o fazer, não é fazer antes de ter essas oportunidades de investimento.”

Interveio o vereador Dr. Francisco Leal que informou: “Isto não tem a ver só com a parte energética, tem a ver também com a parte ambiental e da mobilidade, ou seja, isto é projeto global numa estratégia global para todo o município. Estão aqui plasmados vários projetos que

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

englobam todas as áreas em termos ambientais, mobilidade, energéticos, portanto, é a compilação do que se fez e do que se vai fazer.”

O Senhor Presidente da Câmara interveio novamente e salientou: “Postos estes esclarecimentos, penso que fica claro que nós já estamos a trabalhar neste Plano, isto é, estamos a pô-lo em prática sabendo nós que estes planos são planos a médio/longo prazo.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE PAREDES NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor, no entanto, voltam a frisar tal como na intervenção anterior, que podíamos ser mais ambiciosos ainda e que já podíamos estar um passo à frente. De qualquer forma, entendemos que é pertinente para o concelho utilizarmos as ferramentas para estarmos um passo junto com o País e com a Europa a tentar ajudar na transformação que o mundo está a viver para que haja essa neutralidade carbónica.”

30 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE LORDELO NO ÂMBITO DO EVENTO DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, Serviço Municipal de Proteção Civil, com o número de identificação de processo geral, sessenta e cinco mil e noventa e três, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, a propor a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lordelo.

O vereador Dr. Francisco Leal informou que não participa na discussão e votação do presente assunto.

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu o seguinte: “Eu não percebi se o apoio foi diretamente para os bombeiros ou se foi para aquisição de t-shirts e mochilas, porque aqui fala em T-shirts e mochilas.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: “Este é um subsídio para a compra desses equipamentos que foram usados no evento que foi um trail.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 3.160,36 À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LORDELO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DO “3º TRAIL E CAMINHADA SOLIDÁRIA - BV LORDELO” PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS.

31 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS PELA FREQUÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS, POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro do Desporto, Unidade de Gestão de Piscinas Municipais e da Escola de Natação, com o número de identificação de processo geral, sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e sete, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a remeter ao Executivo Municipal, 14 processos de isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS, A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 2 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO



---



---

DESAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

32 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À PROMOV REBORDOSA ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVA RECREATIVA NO ÂMBITO DO EVENTO "5ª COLOR PARTY EM REBORDOSA 2023" - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e cinco mil cento e quinze, datada de vinte e oito de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Promov Rebordosa - Associação Social Cultural Desportiva Recreativa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À PROMOV REBORDOSA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVA RECREATIVA NO VALOR DE € 2.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

33 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE TT PAREDES ROTA DOS MOVEIS NO ÂMBITO DA "5ª PROVA DO CAMPEONATO PORTUGAL TRIAL 4X4" - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e quatro mil setecentos e sete, datada de vinte e sete de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Clube TT Paredes Rota dos Móveis.



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO CLUBE TT PAREDES ROTA DOS MÓVEIS NO VALOR DE € 7.500, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGEUSIA DE SANTA MARIA MADALENA NO ÂMBITO DAS OBRAS NA IGREJA PAROQUIAL DA MADALENA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma proposta proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta para atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou: “Este apoio para o ano vai ter que ser reforçado uma vez que a igreja é bastante grande, está com muitas infiltrações e se não fosse apoiada dado que a Paróquia não tem meios para fazer as obras, corria-se o risco de haver uma perda total.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa disse o seguinte: “Primeiro lamentamos, de facto, que não venha um orçamento a acompanhar o ponto, porque há aqui um valor que é definido, são 110.000 euros e no pedido é dito que, segundo conversa com o Senhor Presidente, há um acordo para se dar 10.000 euros por mês. Nós estamos a aprovar 10.000 euros, já adianta um bocadinho, mas então quer dizer que nós hoje vamos aprovar os ditos 10.000 euros, mas que há um compromisso do Presidente de lhes dar os outros 100.000 euros. É isso? Eu imagino que após visitar a obra se tenha certificado que haja orçamentos ou alguma ideia e nós efetivamente lamentamos mais uma vez que não venha um orçamento a acompanhar o ponto. Isso só dignificaria o ponto é uma questão de princípio, poderia perfeitamente acompanhar o ponto e nós estaríamos aqui solidários e a acompanhar. Neste caso dos 10.000 euros também votaremos a favor.”

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.000 À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MADALENA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NO INTERIOR DA IGREJA PAROQUIAL DA MADALENA.

35 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, DE IMPLANTAÇÃO DE PARQUEAMENTO NA RUA INFANTE DOM HENRIQUE, NA FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, quarenta e cinco mil e sessenta e três, datada de vinte de setembro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical de implantação de estacionamento na Rua Infante Dom Henrique, na freguesia de Paredes.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Senhor Presidente, muitas das cidades modernas estão a criar ciclovias e ali estava identificada uma ciclovia, ainda lá estão os pontos e nós fazemos uma marcação de estacionamento por cima no que eu presumo que ao aprovar isto vai desaparecer a ciclovia. E então nós somos uma cidade que quer o futuro e está a apostar nas ciclovias e noutros meios de transporte e de transição ou estamos a aniquilar? Se calhar, já tivemos à frente nisso e estamos a aniquilar. Nesta rua também há 2 pontos que eu considero e o Senhor Presidente pode tirar as de as ilações que quiser e se visitar vai perceber, que são passagens frequentes de peões até está lá o respetivo sinal. O que é facto é que ao fazer este registo podia ter sido contemplado também com uma ou 2 passadeiras que não tem e deixamos este alerta que efetivamente podia ter e que se calhar podia ajudar todos, quer os peões em primeira linha e os condutores em segundo, porque havia pontos mais específicos de passagem da respetiva rua.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Em relação a esta questão, trata-



se de um pedido que foi endereçado pelos comerciantes daquele espaço que já tinham sido ameaçados pelo facto de parar ao descarregar mercadorias estavam em cima de uma ciclovia. Lá está uma ciclovia não pensada que devia evitar situações como estas que depois impedissem cargas e descargas de mercadorias. As ciclovias têm que ser pensadas por forma a serem viáveis não é fazer ciclovias pelo faz de conta e como tal, tivemos que atender esta questão. Se depois entendermos que há necessidade de uma passadeira poderemos pensar nisso, mas nunca nos fizeram chegar essa situação.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE IMPLANTAÇÃO DE PARQUEAMENTO NA RUA INFANTE DOM HENRIQUE NA FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Senhor presidente, declaração de voto. Sim, “Os vereadores PSD votaram a favor, fazendo jus e acreditando na palavra do Senhor Presidente de que isto foi pedido pelos comerciantes. De qualquer forma, alertam que é primordial que Paredes, concelho e cidade que estão na primeira linha, deve ter um mapa de ciclovias para poder ser usada por quem quer usufruir desse meio de transporte.”

36 - SINALIZAÇÃO DE UM LUGAR PARA MOBILIDADE CONDICIONADA NA RUA DA ESTREBUELA EM CASTELOES DE CEPEDA, NA FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, vinte e seis mil quinhentos e quarenta e nove, datada de vinte e seis de setembro do corrente ano, a remeter as partes escritas e



desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização de um lugar para mobilidade condicionada, frente ao nº 106, na Rua de Estrebuela em Castelões de Cepeda, atual freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE UM LUGAR PARA MOBILIDADE CONDICIONADA, FRENTE AO Nº 106, NA RUA DE ESTREBUELA EM CASTELÕES DE CEPEDA, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

### 37 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se verificado o pedido de uso da palavra do senhor Manuel Pinho.

Manuel Pinho – Relativamente ao Portugal 2030, colocou as seguintes questões:

- 1- Qual o valor da dotação que está previsto para o Concelho de Paredes?
- 2- Quais as principais linhas estratégicas e orientadoras para esse QCA?

Referindo-se à questão da candidatura aos Bairros Digitais em conjunto com a Associação ASEP, solicitou esclarecimentos quanto às razões que levaram à sua não aprovação e lembrou que poderá haver uma segunda oportunidade no âmbito do PRR.

Quanto à habitação, disse que é um dos maiores problemas com que o País atualmente se debate e alertou para as recentes palavras do Primeiro Ministro num encontro com os autarcas em que, de certa forma, os responsabiliza por tal situação. Referiu que é difícil resolver todos os problemas de habitação no concelho e revelou que gostaria que o Presidente da Câmara fosse audaz e trouxesse para Paredes o que for possível com vista à resolução deste problema para as futuras gerações.

No que concerne à utilização ou não de telemóveis nas escolas, observou que está em voga a



utilização dos manuais digitais e questionou se a autarquia está sensível a este tema que está neste momento a ser discutido, pois que, considerou ser pertinente essa abordagem.

Quanto à sustentabilidade, destacou a importância do Plano de Mobilidade Sustentável e aproveitou para valorizar a comunidade energética que foi criada juntamente com a LIPOR e defendeu que o município deve ser pioneiro e criar as suas próprias comunidades energéticas, quer nas zonas industriais, quer nas zonas residenciais no sentido de chegar mais longe e de serem os particulares a aproveitarem essas comunidades.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: “Em relação à primeira questão, dar nota que a dotação que nós temos são 21,3 milhões de euros as principais rubricas serão quase 7 milhões de euros para saneamento, depois pouco mais de 9 milhões de euros para a requalificação urbana e depois umas outras rubricas também para a mobilidade, para apoio às comunidades desfavorecidas. Depois são todas rubricas mais imateriais, também alguma coisa para eficiência energética, mas essas são as principais rubricas. Em relação a ao traçar dos principais eixos, até porque estamos na fase de preparação do Orçamento vai ser marcada uma reunião para o dia 16 ao final da tarde com os partidos que têm assento na Assembleia Municipal e esses assuntos serão abordados e também para ver os contributos que possam querer trazer para o Orçamento para 2024. Quanto à questão da habitação social, estamos a fazer aquilo que está ao nosso alcance, como sabe, e o próprio Primeiro-Ministro tem referido isso, avançar com um edifício de habitação social demora sempre o seu tempo. Primeiro, preciso garantir a aquisição de terrenos, ou temos terrenos, ou temos que os comprar, depois é preciso fazer o projeto de arquitetura, a seguir o de especialidades e as especialidades é preciso ter um projeto de execução e depois é preciso fazer a candidatura ao apoio comunitário. Depois dessa aprovação é preciso a aprovação em reunião de câmara depois lançar o concurso público e tudo isto a correr bem, demora sempre 6, 7, 8 meses e por isso é que alguns investimentos já estão em curso, outros estão a começar e outros vão ainda começar. Quanto à questão da sustentabilidade, como sabe nós temos apostado muito na colocação de passeios, ainda agora estamos a terminar todos os passeios que tínhamos lançado no anterior mandato. Vão terminar agora os que faltavam em Gandra e também ali na zona de Recarei e Besteiros alguns e estamos agora fazer uma rotunda em Cristelo também para melhorar ali um ponto negro que nós temos no trânsito em Paredes. Estamos a fazer parques urbanos que entendemos ser também uma forma muito interessante de fazer as pessoas



adquirirem outros hábitos de andar a pé. No que diz respeito à questão da comunidade energética, portanto, avançámos já com essa parceria com a LIPOR e no futuro, não descarto o facto de realmente poder haver mais situações destas.”

O vereador Dr. Paulo Silva interveio e afirmou o seguinte: “Nós já temos um sistema híbrido para os alunos também terem acesso aos manuais digitais, por isso é que nós, com os livros de fichas que o município suporta o pagamento às famílias no terceiro e quarto ano, os livros são adquiridos em suporte digital, ou seja, continuam a ter um livro em suporte físico que eu acho que é importante e já vão tendo contacto com as tecnologias através no Manuel Digital. A escola de Cristelo optou já há muito tempo por estar a trabalhar com os manuais digitais também nos outros nos outros níveis de ensino. Quanto à questão do telemóvel, temos falado várias vezes com os diretores sobre isso. Para já tem sido consensual sobre a questão do primeiro ciclo, portanto, uma criança até aos 10 anos, normalmente, quando anda no primeiro ciclo, apesar de haver muitos pais que insistem em que os filhos levem os telemóveis para já no primeiro ciclo é consensual, no segundo e terceiro ciclo não tem sido consensual. O que tem sido consensual é obviamente os alunos estarem impedidos durante o período de aulas e haver até penalizações para isso. Na parte do intervalo, os alunos têm acesso livremente ao telemóvel na maior parte das escolas, portanto, há experiências que estão a fazer há dúvidas sobre especialistas e mesmo aqui nos nossos diretores também não é consensual. Eu acho que é um tema sobre o qual nós temos que ir acompanhando aquilo que vai acontecendo e essencialmente falar com os diretores porque eles é que estão na escola todos os dias e que vão sabendo que é que se passa com os alunos. A maior parte das escolas tem tentado fazer um trabalho junto dos alunos para sensibilizá-los para o uso em demasia dos telemóveis e dos tablets. Portanto, eu acho que temos que ir com calma neste processo, sobretudo na questão dos livros digitais, durante muito tempo falava-se muito que era importante introduzir os livros digitais e davam sempre como exemplo, a Suécia que agora recuou e retirou os livros digitais. Não é por sermos nós a estar a implementar este processo, mas acho que o sistema híbrido que temos aqui ajuda-os a ter contacto com a tecnologia. Na altura, quando fizemos isso foi depois do Ministério ter oferecido os computadores aos alunos, ou seja, têm um computador, já não implica despesa para a família e é também a forma de eles poderem trabalhar com o computador e quando chegam a um nível mais avançado de ensino já têm contacto com o computador. Vamos fazendo estas experiências, mas estamos sempre disponíveis



para evoluir e por isso é que também fizemos investimentos em quadros, novos painéis interativos, também fizemos investimentos em kits de robótica para que os alunos tenham acesso a estas tecnologias sem descurar aquilo que é o tradicional. Não sei se é correto ou não o modelo híbrido vai funcionando bem.”

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo onze horas e trinta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Arménia Sílvia Carvalho Braga Pereira, Licenciada e Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição, a redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.



Dra. Sílvia Braga Pereira